



# Anais da Assembléia

Nº 122

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 19 DE OUTUBRO DE 1994

ANO XX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - PTB

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASÍLIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PSDB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo .....	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL .....	Deputado NELSON GARCIA
PDT .....	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB .....	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB .....	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT .....	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL .....	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP .....	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB** - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiele Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** - 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Dulio Genari; **PFL** - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Ruppe Filho; **PDT** - 07: Algaci Ormário Túlio - Emília de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** - 03: Aiceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB** - 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT** - 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL** - 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

Ato da Presidência:

DECRETO LEGISLATIVO N° 005/94

SÚMULA: Autoriza o Senhor Mário Pereira, Governador do Estado, ausentar-se do País, por quinze dias, em viagem aos Estados Unidos da América.

DATA: 19 de outubro de 1994.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 73 da Constituição Estadual combinado com o Art. 123 do Regimento Interno, o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1° - Fica autorizado o Senhor Mário Pereira, Governador do Estado, a ausentar-se do País por quinze dias, mediados entre 20 do corrente e 15 de novembro próximo, em viagem aos Estados Unidos da América, para firmar contrato de empréstimo junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, acompanhar projetos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento e tratar de outros assuntos de grande relevância para o Estado do Paraná.

Art. 2° - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 19.10.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

Presidente

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 92.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 1994

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademir Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Heinz Herwig, João Preis, José Afonso Júnior, José Tavares, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton Servo, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Fé-

lix, Toti Colaço e Rossoni (47). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Arlindo Troian, Carlos Simões, Colombino Grassano, Erondy Silvério, João Iensen, José Arthur Ritti e Luiz Antonio Setti (07).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Atendendo a reivindicação da Orquestra Sinfônica do Paraná, interrompemos neste momento a Sessão para que possam executar o Hino Nacional Brasileiro.

(O Hino é executado)

Está reaberta a Sessão.

O SR. 2° SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1° SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2296

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário preferência de discussão e votação do Projeto de Lei n° 468/93, item 2 da Pauta da presente Sessão; e que o mesmo após sua aprovação, seja retirado por 5 (cinco) Sessões.

Sala das Sessões, em 19.10.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2301

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja cedido o Plenarinho "Deputado Luiz Gabriel Sampaio", deste Poder, no próximo dia 22 de novembro, a partir das 15:00 horas, para a Associação Nacional de Rádio e Televisão, para um amplo Debate Nacional sobre o Projeto de Lei n° 1.897-B de 1991, de autoria do Exmo. Sr. Deputado José Mendonça, que tramita na Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, em 19.10.94

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 2310

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Sebastião da Silva, em 16 de outubro de 1994, residente no Município de Ivaiporã, deixando viúva a Sra. Ercília de Jesus da Silva e filhos: Daniel da Silva, Moisés da Silva, Adalgisa da Silva, Amaise da Silva, Marli da Silva, Marilene da Silva e Manasses da Silva.

Solicito ainda, seja dado ciência à família enlutada, sito a Rodovia Via Furnas - Sítio Pindaúva, Caixa Postal 390, em Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 19.10.94

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 2302

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação solicitando empenho junto ao Sr. Ministro da Educação, visando o reenquadramento do Município de Irati, na construção e instalação de um C.A.I.C. - Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente.

A melhoria na qualidade de ensino básico requer, antes de tudo, a condição estrutural para que o educando possa frequentar uma escola que interfira de forma decisiva na sua vida futura.

A construção dos CAIC's visa sanar um dos mais graves problemas existentes no Estado e mesmo no País, consistente na evasão e no inaproveitamento escolar.

O Município de Irati é cidade polo da Região Centro-Sul, sede da Microrregião 17 e, sem dúvidas, está apta a merecer a construção desse complexo, contendo diversos programas, propiciando à criança e ao adolescente uma base sólida para uma vida digna e honrada.

Sala das Sessões, em 19.10.94

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 2303

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Ministro da Educação, solicitando seja reenquadrado o Município de Irati, na construção e instalação de um C.A.I.C. - Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente.

A melhoria na qualidade de ensino básico requer, antes de tudo, a condição estrutural para que o educando possa frequentar uma escola que interfira de forma decisiva na sua vida futura.

A construção dos CAIC's visa sanar um dos mais graves problemas existentes no Estado e mesmo no País, consistente na evasão e no inaproveitamento escolar.

O Município de Irati é cidade polo da Região Centro-Sul, sede da Microrregião 17 e, sem dúvidas, está apta a merecer a construção desse complexo, contendo diversos programas, propiciando à criança e ao adolescente uma base sólida para uma vida digna e honrada.

Sala das Sessões, em 19.10.94

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 2304

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores do bairro Cotelengo, os quais solicitam que seja instalado um aparelho telefônico público em frente à Escola Municipal Padre João Krusiane, localizada à Rua José Gonçalves Júnior. O pedido está sendo feito devido nas proximidades desse local não existir um telefone que atenda os usuários. Há um aparelho no bairro, porém fica muito longe para os moradores que residem próximo a escola.

Sala das Sessões, em 19.10.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2305

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de resolver o problema de atrasos que vêm ocorrendo com o ônibus Perimetral. Os moradores do bairro Guaraituba reclamam que os ônibus atrasam em média de 50 a 60 minutos, devido esse atraso já saem superlotados do terminal Maracanã, causando desta forma inúmeros transtornos a todos.

Pedem, que seja aumentado o número de veículos nessa linha, pois só há dois carros circulando e conseqüentemente surgem todos esses problemas.

Sala das Sessões, em 19.10.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2306

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Paranaguá, no sentido de

atender o pedido feito pelos moradores da Rua Mamorês, localizada na Praia de Leste, no Balneário Beltrame, quanto a iluminação pública nesse local. Há quatro anos atrás, foi feito o pedido para a Prefeitura, a qual solicitou que os moradores comprassem 10 (dez) fotocélulas para que fossem colocadas. Os moradores compraram, entregaram-nas à Prefeitura, porém não foram colocadas. Existe o processo n° 1085, datado de 16/12/91, o qual encontra-se na Sub-Prefeitura de Pontal do Sul e até a presente data nada foi resolvido.

Os moradores já não sabem mais o que fazer, motivo que os levou a nos procurar, com o objetivo de resolver o mais breve possível esse problema. Maiores informações podem ser obtidas com a Sra. Maria do Pilar Monteiro Ferreira, pelo telefone (041) 264-2922.

Sala das Sessões, em 19.10.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2307

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Rua Rio Grande do Sul - Jardim Cecília - Campo Magro, os quais solicitam que sejam colocadas duas lâmpadas em dois postes localizados próximos ao n° 06 dessa rua.

Afirmam os moradores que o local é muito escuro à noite, causando muito medo a todos. Já fazem uns cinco meses que não há lâmpadas nos postes. No prolongamento da Av. Manoel Ribas, logo após o Motel Flamingo, o local também não tem iluminação e necessita urgentemente ser resolvido esse problema, antes que assaltos, ou até mesmo um acidente venha ocorrer. Pedem os moradores que a solicitação seja atendida o mais breve possível, uma vez que toda a comunidade será beneficiada.

Sala das Sessões, em 19.10.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2308

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de implantar o anti-pô na Rua Wadislau Bugalski, no trecho que liga os bairros Botiatuva e Santa Maria, tendo em vista que são apenas uns 800 (oitocentos) metros que não dispõem desse benefício.

O pedido está sendo feito pelos moradores do local, os quais solicitam que se-

ja atendido, pois será de grande valia para toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 19.10.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2309

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, para providenciar professor de química aos alunos do 2° ano do 2° grau do Colégio Estadual Antônio Lacerda Braga - Alto Maracanã - Colombo.

O pedido está sendo feito pelos pais dos alunos, os quais estão muito preocupados, pois já está no final do ano letivo e os alunos ainda não tiveram aula de química. Pede-se providências urgentes, sendo que todos os alunos estão propensos a perder o ano, devido a falta dessa matéria.

Sala das Sessões, em 19.10.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2311

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, legais e constitucionais, REQUEREM à Mesa, com fulcro nos artigos 18, IV e 135 do Regimento Interno desta Casa de Leis, bem como art. 23, inciso I, da Constituição Federal e arts. 1°, I, II e IV e 12, I da Constituição do Estado do Paraná, sejam solicitados aos Excelentíssimos Ministros das Relações Exteriores e da Justiça do Brasil, os seguintes esclarecimentos:

Inicialmente ao **Ministro da Justiça, Senhor Alexandre de Paula Dupeyrat Martins:**

I - Em 1° de setembro de 1994 foram encaminhados ao Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, do qual Vossa Excelência preside, documentos sobre o caso Keppe & Pacheco, dois cientistas brasileiros, presos em 25 de junho de 1988, no aeroporto J. F. Kennedy, em Nova Iorque, Estados Unidos, considerando o grau de extremada ética e nacionalismo dos aludidos psicanalistas em querer auxiliar as justiças brasileiras e americana em prestar informações e comunicar oficialmente indícios e suspeitas de corrupção, tráfico de influências, narcotráfico e tráfico de armamentos praticados com a conivência e participação ativa de altos funcionários das Administrações Públicas brasileiras e americana, indagamos qual o posicionamento deste Ministério sobre a questão?

II - Que outras informações a Pasta dispõe e pode fornecer ao caso?

Ao **Ministério de Relações Exteriores, Excelentíssimo Embaixador Celso Amorim:**

I - Considerando que diversas instituições informaram a este Ministério, em 1988, sobre a prisão dos cientistas Norberto da Rocha Keppe e Cláudia de Souza Pacheco, e considerando ainda que em 30 de agosto do corrente ano, o Deputado Federal Ary Cara solicitou formalmente pelo ofício GAK 460/94 uma posição deste Ministério sobre o caso Keppe & Pacheco e, até o momento, nada recebeu, indagamos da atuação desta Pasta sobre o assunto:

II - Que análise faz Vossa Excelência sobre o caso?

III - Que providências foram tomadas, ou em caso negativo, se há pretensões de alguma medida ser oficialmente efetuada?

IV - Houve alguma investigação do Itamarati sobre as denúncias de envolvimento de agentes consulares do Brasil em Nova Iorque no caso relatado pelos cientistas? Caso afirmativo, de que natureza, e quais os resultados?

V - O Itamarati pode fornecer outros esclarecimentos?

Para um posicionamento mais efetivo, anexamos ao requerimento cópia da representação feita à Procuradoria Geral da República, a que solicitamos incluir no pedido de esclarecimentos aos Ministérios.

Sala das Sessões, em 19.10.94.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO

DOCTOR ROSINHA

### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 347/94  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Os laboratórios públicos ou privados do Estado do Paraná exigirão documentos pessoais de identificação as pessoas que se submetam a exames laboratoriais.

Art. 2° - A fiscalização desta lei ficará a cargo da Secretaria de Estado da Saúde.

Parágrafo Único - A não observância do disposto no artigo anterior pelos laboratórios implicará em multa a ser fixada o valor, pela Secretaria do Estado da Saúde do Paraná.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.94.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

### JUSTIFICATIVA:

Realmente, a falta de identificação da pessoa que esteja fornecendo o material para exame é o caminho fácil para a frau-

de. Aquele que embora sabedor de que é portador da doença e por qualquer motivo não quer revelar esse fato, poderá, simplesmente, pedir a outrem que esteja são, que submeta-se ao exame em seu nome.

A medida que ora propomos deve ser entendida como preventina e, nesse sentido, acreditamos ter o suporte constitucional necessário à aprovação da mesma.

PROJETO DE LEI N° 348/94  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - As instituições bancárias deverão dotar suas agências no Estado do Paraná de sanitários para os seus clientes.

Art. 2° - A observância da obrigatoriedade desta lei acarretará à instituição multa de 10 (dez) salários mínimos vigentes no País, dobrando a cada reincidência.

Art. 3° - A fiscalização desta lei será competência da Secretaria da Saúde.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.94.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

### JUSTIFICATIVA:

Essa disposição legal irá garantir o sossego maior aos usuários, particularmente aos mais idosos, que, não raro, sofrem de incontinência urinária.

As agências, por sua vez, construídas em sua maioria de forma nababesca, incompatíveis com alguns bairros onde estão instalados, não apresentem sequer um sanitário para uso do público. Alegam "que seria arriscado para sua segurança".

Assim, entendemos que deveria existir um sanitário exclusivo para homens e outro para mulheres e, enquanto isto não for feito, o sanitário de funcionários deverá ser utilizado pelos clientes.

Contamos com o apoio e a compreensão dos nobres Pares para esse projeto de lei, que, inclusive, tem o mérito de obrigar as instituições receptoras de tantas taxas para uso próprio dedicarem-se mais aos seus clientes.

PROJETO DE LEI N° 349/94  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Os responsáveis pela promoção de eventos, no Estado do Paraná, nos quais esteja previsto a participação de mais de três mil pessoas, deverão manter no local, as suas expensas, posto de atendimento médico, incluindo, no mínimo, uma

ambulância.

Parágrafo Único - Entende-se como eventos, para efeito desta lei, a realização de "shows", espetáculos esportivos ou culturais e artísticos, realizados em quaisquer locais, ao ar livre ou não.

Art. 2º - A fiscalização desta lei ficará a cargo da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.94.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

#### JUSTIFICATIVA:

O Corpo de Bombeiros é uma atividade exclusivamente pública e visa prestar o socorro necessário, dentro de sua especialidade, numa eventualidade. Entretanto, ao poder público cabe, apenas prestar a necessária assistência médica nas condições comuns ao dia-a-dia da população.

O evento é uma condição excepcional e, portanto, o socorro médico de urgência deve ser mantido pelo organizador do espetáculo. Nisso reside a nossa iniciativa.

Dessa forma, solicitamos o indispensável apoio de nossos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 350/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a "Associação Koala - Proteção Animal", com sede no Município de União da Vitória.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.94.

(a) ROSSONI

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretende se declarar de Utilidade Pública, foi fundada em 28 de junho de 1991, e visa a proteção, guarda, alimentação, atendimento médico-veterinário e demais cuidados, a toda e qualquer espécie animal, doméstico ou selvagem.

A Koala Proteção Animal, estende este atendimento aos animais de Porto União-SC, por ser esta cidade gêmea de União da Vitória. Sua forma de atuação, está baseada na "Declaração Universal dos Direitos dos Animais", proclamada em Assembléia da UNESCO em Bruxelas (Bélgica), em 27 de janeiro de 1976.

Cabe ressaltar, que o município de União da Vitória já concedeu este benefício à entidade, respaldando assim a nossa solicitação.

Neste sentido, por entendermos procedente o pedido de declaração de Utilidade Pública, esperamos pelo apoio dos ilustres Pares desta Casa, contribuindo assim, com o bem estar da fauna paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência registra, com satisfação, a presença entre nós das professoras Sandra Rodrigues Nascimento, Carla Hequien, da Escola Idália Rocha, de Ivaiporã, bem como do Senhor Israel Rodrigues, da equipe do Núcleo Regional da Educação de Ivaiporã.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente, Senhores Deputados, o dia de hoje é marcado em todo solo pátrio como sendo o dia do protesto dos mais de trinta e cinco mil homens de negócios ligados aos pequenos, médios e grandes, oportunidades de trabalho que o povo brasileiro possui com assentamento em cada cidade, em cada Estado e nesse País. São os clubes de dirigentes lojistas que congregam, como na minha Cidade de Ponta Grossa, mais de uma centena de pequenas lojas e médios comércios e de grandes empresas. Lá, presente no meu domicílio, aquilo que o povo brasileiro não suporta mais, é o empresário, hoje, sobrecarregado de taxas, de impostos que a cada dia vão contaminando, realmente, as suas finanças e vão deteriorando o seu lucro. É o patrão que paga, é o empregado que sofre pelo não oferecimento de novas oportunidades de emprego, e a nossa federação que congrega todos os CDLs do Paraná e a nossa confederação que congrega todas as federações dos lojistas do Brasil, fazem hoje o protesto nacional para que o Governo realmente se alerte e que o nosso Ministro se avive naquilo que hoje está implantado que é o caos da carga tributária a todos os pequenos, médios e até grandes comerciantes dessa Nação.

Não poderíamos nós, Senhor Presidente, Senhores Deputados, deixar passar alheio aquilo que a cada dia mais de perto está a corroer a economia da nossa Nação, do nosso Estado e das nossas cidades.

Não fosse tão somente a carga tributária, ultimamente instituíram o IPMF, que realmente um dos maiores absurdos de exploração em tributos a esta Nação.

E agora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quando se avizinha a posse de um novo Presidente, quando nós temos a esperança que alguma coisa mude nesta Nação, não seria tão prudente quando é hoje, mais de 35 mil comerciantes dando a sua voz de protesto, erguendo aquilo que é a bandeira de todos nós, para que pare o imposto e que venha realmente um tributo justo neste



novo Governo que aí se assenta a partir de 1995. Este ano a Receita Federal fez uma estimativa de 63 bilhões de cruzeiros reais, e esta estimativa está sendo superada na arrecadação, estampadas em todos os órgãos da imprensa desta Nação que 64 bilhões de reais já foram arrecadados em tributos em solo pátrio.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nada mais justo do que esta carga tributária seja analisada, revista e principalmente dada a todos nós brasileiros que queremos o trabalho como sendo um pouquinho menos daquilo que tomam muito. Não é tão somente o patrão que sofre, ele quer pagar um imposto justo, mas quer ter uma carga tributária que seja suportável pelo seu pequeno, médio ou grande negócio. Com isso, os oferecimentos de emprego terão realmente aquilo que a família paranaense e brasileira merecem.

E, ao encerrar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não poderíamos nós também calar-nos a esta reivindicação justa da nossa Orquestra Sinfônica do Paraná para que tenha a sensibilidade o Governo agora no final do seu mandato, o atual Governador Mário Pereira, e corrija aquelas distorções havidas durante este Governo que aí esteve instalado por quatro anos. Não tão somente a Orquestra Sinfônica, mas a outros segmentos de tudo aquilo que é ligado a funcionabilidade dos senhores servidores públicos estaduais que estão defasados há muito. Um atendimento que deveria ser feito no início desta gestão.

Senhor Presidente, ao encerrar, queria tão somente agradecer a oportunidade de mais uma vez testemunharmos, através dos nossos ouvidos e da nossa pessoa, que a Orquestra Sinfônica é um orgulho deste Paraná e um orgulho de todos os governos que antecederam a este. Pena que este não deu o devido valor a esta jóia que tem a família do Paraná, que é a nossa querida Orquestra Sinfônica.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Mário Bezerra.

O. SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

"Aos poucos a opinião pública do Paraná, começa a descobrir uma outra imagem do ex-Governador Requião. Depois das eleições, o ex-Governador, passou das primeiras páginas dos jornais, para as páginas policiais, porquanto vem sendo acusado de cometer uma série de delitos. Os jornais de hoje, por exemplo, noticiam que a Justiça Eleitoral efetuou a apreensão de documentos que comprovam uma série de falcatruas praticadas pelo homem que passou a

imagem de honesto e levou mais de dois milhões de paranaenses na conversa.

Respeito o resultado das urnas.

Mas eu sei que os eleitores votaram num Requião que não existe, numa imagem fabricada pela propaganda enganosa e pelo reiterado desvio, uso indevido e abuso de poder, como bem demonstra a denúncia que o TRE está começando a apurar e que foi apresentada pelo ex-Deputado Hélio Duque.

Pretendo nos próximos dias, depois de inteirar-me melhor desta investigação judicial do TRE, que foi proposta para cassar o registro da candidatura de Requião e declará-lo inelegível por três anos, fazer um pronunciamento crítico sobre este assunto.

Mas por ora, Senhor Presidente, dá para imaginar a gravidade da situação, quando a Justiça Eleitoral determinou e fez a apreensão de relatórios que comprovam que o ex-Governador mandou milhares e milhares de correspondências anônimas, com nome de remetentes falsos, como recentemente fez ao expedir fax contra o atual Governador Mário Pereira. Tem razão o Senhor Hélio Duque, ao afirmar nos jornais de hoje, que o povo do Paraná vai ficar estarelecido ao conhecer os crimes que o ex-Governador praticou.

Por muito menos que isto, o TSE, cassou o registro da candidatura do Presidente do Senado, Humberto Lucena e o declarou inelegível por 3 anos. Acho que agora o TRE do Paraná, com estas provas incriminadoras, tem a grande oportunidade de mostrar que a fraude Ferreirinha, foi apenas a primeira de uma série infundável deste homem que posa de honesto, mas deixa por onde passa, um rastro de irregularidades e maracutaías.

Fui um dos críticos do Senhor Requião e não me arrependo disto. A verdade as vezes custa a vir à tona, mas um dia ela vem e então muitas coisas são repostas em seus devidos lugares. Tenho pois a consciência tranqüila Senhor Presidente, Senhores Deputados. Não consegui a reeleição, mas isto não retira a minha convicção de que muitos foram enganados quando deram o voto. Acho que se os paranaenses soubessem que o Gabinete do Governador era uma central de cartas anônimas, que os funcionários da Sub-chefia para assuntos especiais eram obrigados a assinar diárias frias, para conseguir-se dinheiro do tesouro que financiava a campanha do ex-Governador, conforme comprova a documentação agora apreendida, acho que o resultado eleitoral seria outro, como também outro seria o comportamento de muitos que aqui vinham defender o ex-Governador como se fosse um homem sério.

O tempo haverá de mostrar, que muito daquilo que a oposição não conseguiu fis-

calizar, haverá de vir a tona, e então se conhecerá em profundidade o que realmente foi o governo passado.

Por enquanto, registro as primeiras notícias, pois elas mostram que se é fácil utilizar a máquina e abusar dela, como fez Requião, não é fácil escapar das malhas da Justiça. A mistificação da propaganda faz demônio virar anjo e inocente virar culpado. Foi com a propaganda que surgiram os Hitlers, Mussolini, Stalin e outros. Agora que Requião não tem mais a máquina na mão, e está sendo procurado pelos grandes jornais para pagar a dívida das suas campanhas, começa a ser desenhado o verdadeiro perfil de quem se dizia honesto.

Está fugindo dos oficiais de Justiça, como fugiu no caso Ferreirinha, até que tomou posse e ficou imune.

Espero que o TRE não permita isto, e esta denúncia do ex-Deputado Hélio Duque, seja imediatamente julgada. Afinal quem não deve não teme. E se Requião está fugindo de defender-se, é porque sabe que a consistência das provas, fatalmente determinará a sua cassação."

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Algumas das manchetes e algumas das notícias nos jornais de hoje:

"Justiça determina apreensão de documentos contra Requião.

"Decisão ocorreu em medida cautelar para a produção de prova."

O Corregedor regional eleitoral, Desembargador Haroldo Bernardo da Silva Wolff, determinou busca e apreensão de documentos originais, na ação por uso indevido, desvio e abuso de poder do Estado que o candidato a Senador, Hélio Duque, move contra o ex-Governador e Senador eleito, Roberto Requião de Mello e Silva.

No despacho, Silva Wolff diz ter concedido a medida liminar de busca e apreensão porque se afigura, "diante dos fatos deduzidos, agora examinados em cognição sumária, ante a iminência de lesão grave e de difícil reparação à coisa, a possibilidade de seu desaparecimento e, sobretudo, do justo receio de que tal ocorra".

O autor da ação, Hélio Duque, explica que os documentos, objeto da decisão judicial, integram o processo ao qual ele deu entrada no Tribunal Regional Eleitoral, antes do pleito de 3 de outubro, sobre o uso abusivo da máquina pública, pelo ex-Governador do Paraná. E reitera: "O Paraná ficará estarrecido com o volume de provas e fatos delituosos, usando o dinheiro público, praticados pelo Senhor Roberto Requião de Mello e Silva, no Governo do Estado".

Outro Jornal:

"Obtidas novas provas contra Requião"

Documentos da Casa Civil revelam aqui-

sição de selos e envelopes para a correspondência particular do ex-Governador.

A Justiça Eleitoral obteve documentos originais da Secretaria de Assuntos Especiais da Casa Civil (SAE/CC) que poderão servir de provas contra o Senador eleito Roberto Requião (PMDB) em processo por crime eleitoral. O material foi entregue na Corregedoria Eleitoral por Alaíde de Fátima de Andrade, funcionária do Palácio Iguaçu, e será anexado ao processo movido por Hélio Duque (PSDB), contra Requião pelo uso indevido da máquina administrativa.

Os documentos revelam pedidos e autorizações para a aquisição de selos e envelopes sem o timbre do governo para o envio de correspondências de Requião. Entre as correspondências listadas por Duque como sendo de interesse pessoal do ex-Governador está o prospecto "Há outro caminho", com sugestões do governo do Paraná ao plano econômico do governo Itamar Franco. Esse material foi despachado pelo Palácio Iguaçu para todos os membros do Congresso Nacional, Ministros, Governadores, Assembleias Legislativas e Magistrados, entre outras autoridades.

Conforme despacho do Corregedor Eleitoral Haroldo Silva Wolff, datado de 11 de outubro, vários originais de documentos da SAE/CC estavam em poder de duas funcionárias públicas, Alaíde de Andrade e Maria Jurema Mexiko. Por tratar-se de documento público nas mãos de terceiros, Silva Wolff expediu uma medida cautelar para que os oficiais de justiça apreendessem o material nas casas de Alaíde e Maria Jurema.

Para Hélio Duque, a obtenção de documentos originais do governo representa um avanço no andamento do processo. Ele criticou ontem o fato de Requião não ter sido citado até o momento pela Justiça Eleitoral. "O ex-Governador continua fugindo da citação judicial já expedida há dias pelo TRE. O perfil de fujão demonstrado na campanha quando correu do debate público por mim proposto, caracteriza medo. De mim ele conseguiu fugir, mas não fugirá da Justiça", afirmou Duque.

(Sucursal de Curitiba)

O SR. MÁRIO BEZERRA - Aliás, o ex-Governador sempre fugiu de tudo. Era muito valente no monólogo, mas no diálogo não demonstrou isso aos paranaenses. Hélio Duque, por várias vezes, convocou o candidato ao Senado, Requião, para debate público na televisão, inclusive munido de uma série de documentos que busquei, como o Porto de Paranaguá, o escândalo da propaganda, o uso da máquina pública, do Diário Oficial, dos helicópteros. Ele nunca teve a coragem de ir ao vídeo na épo-



ca eleitoral para debater os assuntos que o Hélio Duque queria. Desta vez não fugirá às malhas da lei, nem às raias da Justiça.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, considerando a gravidade das denúncias propostas pelo ex-Deputado Hélio Duque e candidato ao Senado e, considerando que o Poder Legislativo, como venho fazendo desde que assumi esta Casa, não pode fugir à responsabilidade de contribuir na busca das respostas que a sociedade do Paraná quer, entro com um requerimento. Já tenho aqui 12 assinaturas que em dez minutos consegui apanhar. Acredito que estaremos concluindo essas assinaturas, que são em número de 18, para instalar a CPI, cujo requerimento diz o seguinte:

(Lê):

#### "REQUERIMENTO

do Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

SÚMULA: Requer formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, composta por 07 (sete) membros com a finalidade de apurar o desvio, uso indevido e abuso de poder do cargo de Governador do Estado do Paraná.

O Deputado que o presente subscreve, com apoio abaixo assinado, em número exigido pelo Regimento Interno deste Poder, vem apresentar e requerer a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, composta por sete membros, com a finalidade de apurar o desvio, uso indevido e abuso de poder do cargo de Governador do Estado do Paraná, quando o Poder Executivo foi exercido pelo Sr. Roberto Requião de Mello e Silva.

Sala das Sessões, em 18.10.94

(a) MÁRIO BEZERRA

VALDIR ROSSONI

LUIZ CARLOS ZUK

HEINZ HERWIG

PAULO MAIA

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

ADEMAR TRAIANO

LOURENÇO FREGONESE

NAMIR PIACENTINI

ALGACI TÚLIO

CEZAR SILVESTRI

NELSON JUSTUS

#### JUSTIFICATIVA:

Conforme cópia da Representação, ao TRE - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, subscrita pelo candidato ao Senado da República o ex-Deputado Hélio Duque, teria o Sr. Roberto Requião, quando no exercício das funções de Governador do Estado do Paraná, cometido diversas ações que caracterizaram o desvio, uso indevido e abuso de poder, para obter vantagens eleitorais, ao aproveitar-se da máquina estatal.

Ora, vive a sociedade brasileira, num

momento muito delicado com os métodos éticos de seus governantes, exigindo dos Poderes redobrada vigilância, para não deixar que, mais uma vez, pela omissão dos homens públicos, a nossa incipiente democracia, venha registrar retrocessos - ante a decepção do clamor popular pela impunidade dos aproveitadores da máquina do Estado.

A denúncia ao TRE, acompanhada de farta documentação, não pode ser ignorada por este Poder, exatamente porque temos a obrigação constitucional de exercer fiscalização sobre os atos denunciados.

É pois oportuno, antes que se inicie uma nova gestão, estude esta Casa, um controle eficiente de evitarmos esta prática condenável e abusiva de dilapidar os recursos públicos para a promoção eleitoral dos governantes. É de nossa competência e dever, apurar esta denúncia, atendendo clamor público que exige mais transparência.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sei que estamos no apagar das luzes deste mandato. Três meses é pouco restam, incluindo aí o nosso recesso, mas se houver a vontade de alguns parlamentares desta Casa e da Mesa, com certeza apuraríamos essas denúncias. A denúncia dos helicópteros superfaturados, cuja CPI encontra-se adormecida, mas que nessa data, estou concluindo 18 assinaturas e novo requerimento, para que possamos de imediato instalar essa Comissão Parlamentar de Inquérito, para pelo menos demonstrarmos à sociedade paranaense, que essa Casa não foi omissão frente às graves denúncias de maracutaias e desvio de dinheiro público no Estado do Paraná.

Rogaria até à Presidência da Mesa que considerasse o meu pedido, juntamente com as assinaturas dos demais parlamentares e se fizesse instalar essas CPI's de imediato. Porque a desculpa do exíguo prazo para a conclusão dos trabalhos, ela não procede Sr. Presidente. Temos o papel fundamental e constitucional de esclarecer a opinião públicas fatos desta relevância.

Então, como fui um parlamentar que durante 3 anos e sete meses me ocupei, principalmente, em fiscalizar os atos deste governo, e credito até a minha derrota eleitoral porque esse homem foi endeusado pelo interior, graças à mídia que ele utilizou inescrupulosamente gastando 80 milhões de dólares entregues sem a devida licitação pública.

Portanto, Sr. Presidente, em meu nome como parlamentar, fiscalizador dos atos deste governo, em nome daqueles que querem a transparência, rogo a V. Exa. que, assim que chegar esse pedido de CPI em vossas mãos, faça-o valer. E até rogo à liderança

do meu Partido, Deputado Erondy Silvério: gostaria de participar das duas Comissões para que possa contribuir na realização desse trabalho.

Muito obrigado.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - (Pela Ordem) -

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pela Ordem o Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Queria apenas anunciar a presença em nosso Plenário do companheiro Emerson Nerone - Vereador de Maringá e Deputado Estadual eleito pelo PT e que, na futura legislatura, comporá este Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência se soma a V. Exa. e agradece a presença do Deputado eleito Emerson Nerone, colocando esta Presidência e as demais estruturas da Assembléia à sua disposição.

No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, companheiros da Orquestra Sinfônica do Estado do Paraná.

Ao longo do nosso mandato por mais de uma vez fizemos uso desta tribuna para defender o direito dos trabalhadores do serviço público do nosso Estado. E não seria neste momento que nos negaríamos, a, novamente, defender o direito dos trabalhadores da Orquestra Sinfônica do nosso Estado, que, se não me falha a memória, é a terceira vez que se fez presente a este parlamento. E, em todos os momentos, reivindicando o que de direito e reivindicando justiça. Uma vez que, em alguns instantes, foram submetidos além da exploração salarial, à opressão do ex-diretor do Teatro Guaíra Sr. Osvaldo Loureiro. Chegando a uma das vezes, inclusive, a serem impedidos de entrarem no Teatro Guaíra para pegar bens pessoais, dos quais, como Deputado estive presente para poder discutir com aquela direção a entrada de alguns dos componentes da Orquestra Sinfônica, inclusive para pegar o próprio contracheque que é de direito e que estava sendo impedido de receber.

Ao longo do atual mandato eletivo do Poder Executivo os servidores públicos do Estado foram submetidos a um violento achatamento salarial e sem perspectiva de negociação em todo e qualquer momento, uma vez que a data-base da categoria nunca foi respeitada inclusive, em dado momento, sendo extinta por decreto. Coisa que veio a ser reparada por este Parlamento, ao votar um decreto legislativo, de nossa autoria, no qual declarava ilegal e sem vali-

dade o decreto do Sr. Governador.

Mesmo hoje, tendo a data-base, ainda não são recebidos para negociação e quando conseguem um mínimo espaço de negociação esses servidores logo em seguida já tem todos os seus mínimos direitos que foram acordados desrespeitados por parte do Governo uma vez que não cumpre aquele mínimo compromissado.

Queremos desta tribuna solicitar ao Senhor Governador em exercício e que terá pela frente ainda aproximadamente dois meses e meio para exercer seu mandato que receba esses trabalhadores servidores públicos e no caso específico da Orquestra Sinfônica para uma negociação efetiva uma vez que o problema estabelecido na Orquestra não é de momento, não é de conjuntura, mas sim são problemas estruturais que foram sendo acumulados ao longo da atual administração, do atual mandato.

Então pedimos ao Senhor Governador que abra o espaço de negociação como já abriu em outros momentos e supere essa situação estrutural estabelecida junto aos trabalhadores públicos e no caso específico o da Orquestra Sinfônica. É necessário que isto seja resolvido, é necessário pôr fim a exploração, a opressão ao qual esses trabalhadores foram submetidos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero também neste momento externar a minha solidariedade mais uma vez e o fazemos publicamente em meu nome, em nome da Bancada do PDT, à nossa Orquestra Sinfônica do Paraná.

Essa orquestra, que tem um renome internacional, que fez apresentações em vários cantos deste país, que é um orgulho para nós paranaenses, passa por momentos de constrangimento, se vendo forçada até a fazer apresentações públicas em praças da cidade, no sentido de chamar a atenção da Secretaria da Cultura do Governo do Estado para que reveja a situação em que se encontra a nossa orquestra.

Dias atrás tivemos até a demissão sumária do seu maestro, depois voltou-se atrás, graças a Deus, repararam o erro que haviam cometido, e nós fazemos um apelo aqui, mais uma vez, à Liderança do Governo nesta Casa, para que abra o canal de negociações, para que não precisemos ver a orquestra se deslocando, saindo do seu recinto de trabalho, de ensaios, para se deslocar para vários pontos, a fim de fazer apresentações para chamar a atenção.

Muito nos honra a presença de seus integrantes aqui, e acima de tudo executando

nesta Casa o Hino Nacional. Nós preferimos ver a orquestra aqui nas grandes solenidades da nossa Assembléia, que não precisasse vir aqui com seus integrantes carregando seus pesados instrumentos para mostrar a situação que passa a nossa Orquestra Sinfônica.

Ao mesmo tempo também, Senhor Presidente, quero como homem de imprensa, jornalista, sindicalizado, também não quero deixar aqui de manifestar, nesta oportunidade, o meu total e irrestrito apoio à campanha salarial promovida pelo Sindicato dos Jornalistas do Estado do Paraná.

As dificuldades que o Sindicato tem enfrentado na negociação da questão salarial para os seus representantes não condiz com a importância e com a responsabilidade do exercício funcional dos jornalistas. A data-base da categoria é 1º de outubro, quando deveria ter sido anunciado o novo piso salarial para pagamento no próximo mês de novembro. Apesar de um mês de negociações, o Sindicato Patronal não aceita ainda o pagamento do piso de 720 reais, valor garantido por decisão da Justiça do Trabalho. A última proposta patronal é de um piso de 535 reais a ser pagos em três parcelas. Além disso é sabido que hoje muitos veículos pagam abaixo do piso, não pagam horas extras, e que há jornalistas em canal de televisão ganhando até 250 reais; o que é um aviltamento à dignidade profissional. Nossa intervenção é no sentido de sensibilizar o sindicato patronal de que o jornalista é na verdade o maior patrimônio de um veículo de comunicação, sem ele, a notícia não acontece, o jornal não vende e o leitor vai optar por outro veículo.

Temos a certeza de que o sindicato patronal vai buscar meios de atender o que não é uma reclamação infundada, mas principalmente uma decisão da corte trabalhista.

Nós, como jornalistas, vivemos na pele esta situação durante muitos e muitos anos e sabemos o quanto é difícil a missão do jornalista que vai em busca da notícia, da melhor notícia, da boa notícia, da notícia que ajuda na venda do seu jornal, da melhor audiência do seu programa de rádio. Por isso, têm os jornalistas a minha solidariedade neste momento e esperamos sensibilizar os patrões, no sentido de que atendam a essa reclamação, e atendam a essa reivindicação da classe. Tem o aparte o Deputado Renato Adur.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa informa o orador que está na tribuna que em se tratando de Pequeno Expediente não cabe aparte.

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu peço escusas, Se-

nhor Presidente. Já ocuparei o momento da Liderança do PDT e aí lhe concederei o aparte.

Mas, falando ainda em relação à imprensa, Senhor Presidente, este Parlamentar trouxe a esta Casa, e fez com que os meios de comunicação fizessem também a notícia da entrevista dada pelo ex-Governador Roberto Requião de Mello e Silva...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência informa Vossa Excelência que passa a falar no horário da Liderança do PDT.

O Sr. Renato Adur - Deputado Algaci me concede um aparte?

O SR. ALGACI TÚLIO - ...no meu programa de rádio, a Rádio Clube Paranaense; e quando o fiz, abrindo espaço, afinal de contas o programa tem o nome de um canal aberto ao povo, não poderia se furtar a negar o espaço a um Senador recém eleito com uma das maiores votações do País. No entanto, nas declarações feitas pelo ex-Governador, ele citou vários fatos, dentre eles uma acusação feita ao Jornal Indústria e Comércio, um dos melhores jornais da cidade, um jornal que nós temos o maior respeito e um dos jornais de grande credibilidade, não só na divulgação da notícia, mas da forma como tem atuado; porém o que este Parlamentar não pode aceitar que de repente o jornal comece a fazer uma série de publicações, quando começou ontem numa coluna toda fazendo "mãos a obra", item 01 ao item 04. Hoje na coluna lucano, a mesma tática utilizada "mãos a obra", até o 4º item também.

Este Parlamentar avisa que não é teleguiado, este Parlamentar sempre pautou pela independência em todos os seus atos, não fosse assim não teria sido discriminado durante muitos anos em alguns veículos de comunicação, não fosse assim não teria perdido espaços importantes em programas de televisão de minha própria autoria.

Por esta razão, recebendo até como uma contribuição, mas não como uma intenção, que entendo eu que o jornal quer jogar para cima deste Parlamentar, que deverá pedir outras CPIs, porque nós sempre pedimos CPIs aqui nesta Casa. E cita alguns itens: O incêndio na sede da FASPAR.

O desaparecimento total dos arquivos da instituição. O incêndio no Arquivo Público do Estado, o incêndio em setores contábeis da Secretaria de Comunicação Social do Estado, fazendo desaparecer documentos vitais para a avaliação de despesas do Estado com fornecedores. Cita até o incêndio ocorrido na Assembléia, consumindo documentos históricos e os inquéritos promovidos pela Auditoria do Estado, CPI de

dívidas de Deputados para com o BANESTADO e etc. E cita também agora o incêndio do DETRAN.

Quero agradecer a contribuição que me faz o jornal "Indústria & Comércio", mas quero deixar bem claro aqui, mais uma vez: não somos teleguiados, não costumamos e não aceitamos sermos instrumentos de interesse deste ou daquele setor da sociedade.

Nós aqui temos tido uma atuação independente, temos aqui feito uma oposição aos Governos que passaram, durante os oito anos que estamos nesta Casa, uma oposição com responsabilidade, e não vamos aceitar, evidentemente, este tipo de coisa.

Fica aqui este registro, e ainda como consequência do que aconteceu ontem, não da retirada do meu requerimento que pedia a formação de uma Comissão Especial para a audição da fita da entrevista do ex-Governador Roberto Requião. Quando entendemos com a Bancada da Situação, que o melhor caminho seria que o requerimento fosse deixado sem efeito e que a Presidência determinasse a degravação da fita pela taquígrafia. Entendemos também que se o requerimento fosse levado, naquela ocasião, ao julgamento do Plenário, perderíamos na votação, e conseqüentemente não teria nenhum resultado.

Em momento algum - e peço aqui o testemunho do Deputado Renato Adur, do Deputado José Tavares, com quem dialoguei - foi feita alguma proposta para a retirada daquele documento, e que esta retirada colocaria em posição ou em destaque qualquer negociação para votos a Presidência desta Casa.

Então, é um reparo que queria fazer, e concedo aparte ao Deputado Renato Adur.

**O Sr. Renato Adur - Deputado Algaci Túlio.**

Temos três itens importantes. Começo pelo último que Vossa Senhoria mencionou. Queria parabenizar Vossa Excelência pela atitude tomada ontem, o que demonstra a grandeza de seu caráter. Vossa Excelência sempre trabalhou nesta Casa como um Parlamentar e fez as denúncias que sempre achou por bem fazer e de acordo com seu livre arbítrio. Ontem, na sua postura, na sua conduta, na sua decisão, demonstrou que o equilíbrio faz parte de sua vida.

Queremos não só aqui testemunhar, mas queremos enaltecer a grandeza de sua atitude na tarde de ontem. Estava claro e evidente que a emoção superou a razão naquela entrevista, aonde se envolveu também questão familiar, e não podemos admitir que as coisas sejam misturadas. Entendo que este foi o motivo maior, além da determinação, pelo próprio Governador Mário Pereira, já da abertura da auditoria para apurar fatos que foram denunciados, mas que anteriormente já foram motivo de aber-

tura de auditoria pelo próprio Governador do Estado.

Então, eu queria deixar bem claro: não houve em momento algum, qualquer tipo de negociação, a não ser o convencimento através da argumentação e que Vossa Excelência, por si só, tomou a decisão. Então, queremos parabenizá-lo. Então, que fique bem claro: a degravação da fita está aí, pelas taquígrafas da Casa, para quem quiser ouvir. E como foi fato público e notório, público e notório ficou também a questão do envolvimento emocional dentro daquela entrevista.

Por isso parabenizamos a Vossa Excelência e toda a sua Bancada pela atitude.

Segundo item: a questão dos nossos músicos da Orquestra Sinfônica. Queremos deixar claro - nós, através da Liderança do PMDB, através da nossa Bancada - que levaremos o pleito até o Governador do Estado, Mário Pereira, que entendemos justo e estamos aí para colaborar no que for possível. Finalmente, Deputado Algaci Túlio, solidarizo-me com Vossa Excelência na questão dos jornalistas, somos testemunhas do trabalho abnegado desses baluartes da informação no Paraná. Somos solidários a Vossa Excelência e a eles, porque conhecemos o trabalho e a luta desses profissionais. Realmente só se cria uma imprensa fortalecida com profissionais à altura e em condições de desempenhar bem o papel. Estamos também, a nossa Bancada do PMDB está solidária a essa manifestação.

Muito obrigado pelo aparte!

**O SR. ALGACI TÚLIO - Agradeço pelo aparte de Vossa Excelência. Concedo aparte ao Deputado Nilton Barbosa.**

**O Sr. Nilton Barbosa - Deputado Algaci Túlio,** quero lhe cumprimentar pela manifestação que Vossa Excelência faz nesta tribuna.

O Senhor Governador abre a negociação de salários da Orquestra Sinfônica do Paraná. Ainda hoje teremos a oportunidade, no final da tarde, de conversar com o Governador, e levaremos também a nossa preocupação - não só nossa como da Bancada do Partido Progressista - para que a negociação se abra e se resolva a questão salarial dos amigos da Orquestra Sinfônica do Paraná.

Mas somos solidários também, com relação ao salário dos amigos da imprensa, dos jornalistas, dos radialistas, dos homens da televisão, e mulheres. Nós, que tivemos a oportunidade, nestes oito anos de mandato nesta Casa, de acompanhar o trabalho deles aqui na Assembléia, a nível de Capital, nas chegadas de autoridades em aeroportos. Pudemos acompanhar suas corridas pelo Paraná, vendo que a busca da notícia,

da matéria, lhe trazia até risco de vida. É o jornalista que tem que cumprir pauta, tem que chegar a matéria antes de fechar a redação, para que os leitores possam ler, são os homens e mulheres de televisão, de rádio, assim por diante.

Por isso fica aqui a nossa manifestação de solidariedade a eles em nosso nome e em nome da Bancada, desejando que os donos dos órgãos de comunicação, sabemos todos nós que um dos maiores clientes do meio da imprensa, dos órgãos da imprensa, não só do Paraná mas como em todos os Estados, sem dúvida é o Governo do Estado, e o Governo do Estado deu um aumento de 12% ao funcionalismo público do Paraná.

Embora não chegando perto do que o funcionalismo desejava, mas deu 12%, e seria natural, normal, que os proprietários dos meios de comunicação se preocupassem com as pessoas que buscam, que levam as notícias, também tivesse o salário digno.

Fica aqui o nosso apoio à classe de jornalista de Curitiba e de todo Paraná.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para encerrar, Senhor

Presidente, ficam aqui essas nossas colocações, e aproveito para homenagear a imprensa pelo belíssimo trabalho que fez durante as apurações do último pleito, e estendendo os cumprimentos a todos aqueles serventuários ou não, que trabalharam nas apurações.

Enquanto no Rio de Janeiro vemos o escândalo da fraude nas apurações, o Paraná mais uma vez deu exemplo de lisura, de responsabilidade de todos aqueles que fizeram parte do pleito do dia 03 de outubro.

Parabéns a todos. Obrigado Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Antes de passarmos ao Grande Expediente, esta Presidência abre espaço de cinco minutos para que a Senhora Laura Souza Pinto em nome da Orquestra Sinfônica do Paraná se pronuncie neste Plenário.

SRA. ANA LAURA SOUZA PINTO - Exmo. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Colegas músicos e demais presentes.

Em primeiro lugar agradeço a oportunidade, e gostaria de dizer que durante dez meses a Orquestra Sinfônica do Paraná vem diplomaticamente tentando resolver a questão salarial junto ao Governo do Estado.

Após algumas soluções consideradas paliativas prosseguiu as negociações e foi surpreendida por represálias por parte do Governo. Decepcionada prossegue lutando, pois até o presente momento conseguiu apenas benefícios que não caracterizam aumento real de salário e sim comissões de na-

tureza transitória. Além dos baixos salários, somos os salários mais baixos do País, continuamos sem local adequado para ensaios, e os casos de tendinites e burcites proliferam. É a consequência excessiva umidade e ausência de um sistema adequado de calefação no Teatro Guaíra.

Como se isto não bastasse, carecemos de iluminação adequada, maior número de técnicos especializados em montagens de orquestra, material de trabalho como partituras e estantes e, também corremos até risco de vida, uma vez que o palco do teatro encontra-se com cinco centímetros de diferença entre as suas laterais.

Enfim só estamos pedindo que venham valorizar a arte e a cultura, uma vez que a nossa contribuição ao Paraná nesses nove anos de existência se faz notar aqui e em todo o País.

Não nos consideramos superiores aos demais funcionários, não, queremos ser respeitados e queremos que todos os funcionários públicos também sejam respeitados.

Não cessamos de buscar meios e contribuição para fornecer meios e subsídios à administração do Estado que insiste em qualificar nossos projetos em estudos sobre a situação da OSIMPA como complexos e ineficazes.

Há cerca de um ano e seis meses demos início a este procedimento que a cada etapa parece caracterizar maior desinformação por parte da administração com relação aos problemas e as peculiaridades da orquestra sinfônica. Não desistimos, contudo.

Está em fase final o projeto de lei da OSIMPA preparado por esta comissão e pela nossa assessoria jurídica que, esperamos, venha tornar factível o plano de enquadramento da OSIMPA comparado às demais orquestras do País.

Quicá o Paraná corresponda também na área da cultura ao "slogan" que o vem tornando conhecido como um Estado de primeiro mundo.

Agradeço a oportunidade. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta

Presidência, a exemplo dos demais deputados que já se manifestaram, também se solidariza às reivindicações da orquestra sinfônica do Paraná, bem como também dos jornalistas, conforme já pronunciamento dos Deputados.

Naquilo que estiver ao alcance desta Presidência diretamente através da nossa pessoa ou da nossa assessoria, estaremos atentos para que as reivindicações possam ser atendidas e viabilizadas o mais rápido possível.

Não há oradores inscritos no Grande Expediente.

No Horário das Lideranças consulto a

liderança do:

PMDB - (Declina).

PSDB - (Declina).

PL - (Declina).

PFL - Élio Rusch com a palavra.

O SR. ÉLIO RUSCH - Sr. Presidente, Srs.

Deputados. O que nos traz a Tribuna nesta sessão de hoje é para discorrermos sobre um assunto tão falado, tão discutido e que, nos últimos dias, no mês de setembro tem tomado mais uma vez o espaço dos principais jornais, televisões, de rádios do nosso Estado.

Dia 28 de setembro o STJ em Brasília julgou a questão, no mérito da questão, do ICMS e deu a questão ganha para o Município de Foz do Iguaçu, mas numa votação de três votos a favor de Foz e dois votos de dois ministros a favor da divisão de ICMS, o que traz para os 14 municípios lindeiros ao Lago de Itaipu, bem como aos outros cinquenta municípios aproximadamente do Estado do Paraná, ao menos, um amparo de continuar brigando tanto jurídica como administrativamente.

Nós já conversamos sobre este assunto com alguns Deputados, entre estes com o Deputado Valdir Rossoni, que representa também a sua região e seus municípios que têm perdido muito com esta decisão.

Por outro lado, a assessoria jurídica contratada pelos municípios lindeiros já está estudando este processo da viabilidade de entrar com recursos no STF.

Paralelamente a isto, trata-se também a questão a ser alterada via Congresso Nacional, na Lei Complementar e também na revisão da Constituição.

E aqui na Assembléia Legislativa, aonde no dia 26 de abril de 1992 amargamos uma derrota deste projeto que visava exatamente a distribuição deste recurso para todos os municípios, temos certeza que após este julgamento no STJ em Brasília, por 3 a 2, ao menos tem clareado algumas lideranças e, principalmente, os Deputados Estaduais, que votaram contra aquele projeto que visava a distribuição do ICMS aos municípios que tiveram suas áreas alagadas; porque nós, junto com o Deputado Valdir Rossoni e com alguns outros Deputados daqui da Assembléia Legislativa, naquele dia 26 de abril de 1992 questionávamos e falávamos como continuamos dizendo hoje que uma hidrelétrica é um complexo industrial. Este complexo industrial é formado por três elementos básicos, barragem, casa de força e água. Na ausência de um destes elementos, não temos energia elétrica e, na pior das hipóteses, os municípios que cederam suas áreas para formação do reservatório de um lago de qualquer hidrelétrica deve receber esta compensação como matéria prima é um município onde é

transformada a água em energia elétrica que recebe o valor agregado.

Não é justo. É a maior injustiça que vimos até hoje, que continua a concentração de renda apenas num município onde se situa a casa de força, ou a casa das máquinas. Não é justo. Isto deve ser revisito. Acredito, mais do que nunca, que o bloco municipalista faça justiça com o seu nome que é um bloco que deve defender justamente a questão do municipalismo, contra a concentração de renda.

Espero, sim, que todos os Deputados da Assembléia Legislativa, como esperamos que o Congresso Nacional, na revisão da Constituição, definam, de uma vez por todas, esta questão.

Não é concebível que façamos vistas grossas. Por que existe este impasse na questão jurídica?

Existe porque toda a regulamentação de ICMS já é anterior à Constituição de 88. E apenas com a promulgação de 1988 foi instituída a cobrança de ICMS sobre energia elétrica. Então tem que se corrigir estas posições. E temos certeza que nesta Legislatura, ou nas próximas, a nível de Estado, ou mesmo a nível Federal, seja revista esta disposição.

Fica aqui registrado este nosso repúdio diante de todas estas posições que acontecem hoje, na certeza que os dois campos serão minados, tanto jurídico, como o lado administrativo, para que isto seja revisto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário das Lideranças o Partido Progressista. (Declina).

PT. Concedo a palavra a Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queremos aqui, em nome do PT, manifestar a nossa posição a respeito dos jornalistas paranaenses. No dia 1º de outubro é a data base dos trabalhadores jornalistas.

E, como manda a Legislação, o sindicato representante da categoria entregou a pauta de negociação ao setor patronal já no mês de agosto, com bastante antecedência, para que pudessem os padrões se reunir e se manifestar "a posteriori".

Foi realizada uma primeira rodada de negociação no TRT e três rodadas de negociação no sindicato e assim mesmo não se chegou a uma posição, a um acordo entre os trabalhadores jornalistas e a classe patronal. Os patrões negaram todas as reivindicações apresentadas pelo Sindicato dos Trabalhadores. Se for analisado o período compreendido outubro de 93 e outubro de 94, que é o período da data base e corrigido o piso salarial da categoria, que



era de 620 Reais, corrigido em cima da inflação, teríamos hoje, um piso de 720 Reais, que é a reivindicação dos trabalhadores. O piso já julgado em dissídio coletivo e fixado pelo TRT, que é de 620 Reais, não tem sido cumprido pelo setor patronal, inclusive, até a presente data e inclusive, tem esse setor oferecido reajustes inferiores ao piso já julgado em dissídio para o ano passado. O setor patronal ofereceu 547 Reais como piso salarial, vindo "a posteriori" baixar para 506 e a última proposta formulada, era de 535 Reais, parcelados em três pagamentos e ainda tem Jornal no nosso Estado que não cumpre nem o piso de 630 já julgado pela Justiça e aprovado. É o caso do Jornal do Estado que paga em torno de 400 Reais. O Jornal Indústria e Comércio, que quando não atrasa, paga 550 reais ou inclusive deixa de pagar as horas extras. A intransigência patronal não reconhece inclusive, o nível de responsabilidade dos profissionais da área. No setor de Medicina do Trabalho, estudos e pesquisas, indicam uma variação entre 15 e 25% da categoria que apresentam problemas de hipertensão arterial e de fadiga psicológica em função da profissão que exercem. Isto não tem sido reconhecido pelos patrões. Os jornalistas do Estado, não descartam a greve como um momento necessário de luta, uma vez que a irresponsabilidade dos patrões e os baixos salários, têm levado essa categoria a lutar pelos seus direitos. Existem jornalistas que chegam a ganhar em torno de 250 Reais, isso, na TV Bandeirantes. Portanto, nós do Partido dos Trabalhadores, queremos dizer que apoiamos a luta dos trabalhadores jornalistas, até que têm se empenhado em fazer dos órgãos de imprensa, órgãos democráticos, têm se empenhado em retratar a verdade, apesar da existência dos donos dos meios de comunicação do nosso País. Têm se empenhado com a sua responsabilidade e a ética profissional, às vezes, enfrentando seus patrões, quando fazem censuras nos seus artigos, nas matérias impedindo de colocar no ar ou de ser publicado quando da imprensa escrita. Nós, do PT apoiamos a luta desses trabalhadores para que consigam um salário mínimo ou um piso mínimo suficiente e necessário, de acordo inclusive, com o que estabelece o salário mínimo colocado pelo DIEESE que é um piso mínimo de 720 reais. É impossível em nosso País, sobreviver com salário abaixo do patamar reivindicado por esta categoria. Nós temos visto que o Plano Real jogou no congelamento salarial, jogou no congelamento da miséria e jogou pela destruição da classe trabalhadora que tenta se organizar para resistir, para se opor à opressão e à exploração. E os trabalhadores ligados ao sindicato dos jornalistas, nem têm reivin-

dicado nada mais do que aquilo de direito, inclusive as suas reivindicações, estão dentro do estabelecimento pelo Plano Real, quando coloca a negociação das perdas salariais nas respectivas datas-base de cada categoria.

Portanto, nós do PT, apoiamos a luta dos jornalistas e também lutamos e defendemos a democratização dos meios de comunicação, e sabemos que temos nos companheiros trabalhadores jornalistas, companheiros que lutam também pela democratização desses meios de comunicação.

Muito obrigado.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, visto não termos mais o horário da Liderança por ter sido ocupado pelo companheiro Algaci Túlio, a Bancada do PDT, aqui representada na sua totalidade, é solidária ao movimento dos jornalistas do Paraná.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Eu passo às mãos de V.Exa. os dois requerimentos para instalação de CPIs na Casa, conforme havia me pronunciado há alguns minutos atrás, que tratam da formação de uma CPI composta de membros, com a finalidade de apurar o desvio, uso indevido e abuso de poder no cargo do ex-Governador Roberto Requião no Paraná. E a outra, conforme foi sugerido ontem, é a formação de uma CPI com a finalidade de apurar irregularidades administrativas na compra de dois helicópteros. Então as duas já estão obedecendo ao que diz a legislação, que são 18 assinaturas. Eu passo às mãos de V.Exa. para que, de imediato, possamos começar o serviço. Adianto a V.Exa. que se houver necessidade de assinatura de líderes de partidos desta Casa, para se agilizar a instalação, nós também o faremos para agilização dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência registra com satisfação a presença dos seguintes Deputados eleitos no dia 03 de outubro: Deputado Joel Coimbra da cidade de Maringá; e Antônio Cassimiro Balinati que já integrou esta Assembleia Legislativa.

Esta Presidência respondeu à Questão de Ordem formulada pelo Deputado Florivaldo Fier, no dia de ontem, a respeito do Projeto de Lei 206/92.

Informa que este Projeto tramitou neste plenário, recebeu emendas e encontra-se na CCJ com o Deputado Dalton Machuca encarregado de oferecer parecer a essas emendas.

Nós solicitamos ao Deputado Dalton Machuca que ofereça os pareceres e pedimos ao Deputado Rosinha que interceda junto ao parlamentar para que dê sequência

à tramitação deste Projeto:

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Só para lembrar a V.Exa. que ele está tramitando em Regime de Urgência.

E está na CCJ no mínimo dois meses e seria interessante que ele viesse a plenário o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência aguardará a próxima reunião da CCJ. Caso não receba os pareceres fará incluir na Ordem do Dia, conforme determina o Regimento.

Esta Presidência registra, com satisfação a presença entre nós das Professoras Sandra Rodrigues Nascimento, Carla Hequien, da Escola Idália Rocha, de Ivaiporã, bem como do Sr. Israel Rodrigues da equipe do Núcleo Regional da Educação de Ivaiporã.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do Sr. Deputado Luiz Antonio Setti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rossoni constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 468/93, item 02 da pauta da presente sessão; e que o mesmo após sua aprovação seja retirado por 05 (cinco) sessões. **Aprovado.**

De conformidade com o Requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

#### ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 468/93, de autoria dos Deputados Anibal Khury e Heinz Herwig, cria a Lei Florestal do Estado do Paraná concorrente ao Código Florestal Brasileiro e a Legislação Federal. **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E.M.A.. Em votação. (Publ. no D.A. nº 120 de 01.09.93)**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 468/93

**PARECER:**

De autoria dos Deputados Anibal Khury e Heinz Herwig, o Projeto de Lei nº

468/93, tem por finalidade ~~criar a Lei~~ florestal do Estado do Paraná concorrente ao Código Florestal Brasileiro e a legislação federal.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente;

JOÃO IENSEN - Relator.

#### COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 468/93

**PARECER:**

A matéria ora em análise por esta Comissão Técnica, versa sobre o Projeto de Lei nº 468/93, de autoria dos ilustres Deputados Anibal Khury e Heinz Georg Herwig, que tem por finalidade a criação da Lei Florestal do Estado do Paraná concorrente ao Código Florestal Brasileiro e a Legislação Federal.

No aspecto constitucional e legal, a proposta foi analisada no Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que pronunciou-se Favorável à aprovação da mesma.

No âmbito desta Comissão, a matéria encontra-se justificada, inexistindo qualquer impedimento à sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Nestas condições, nosso Parecer é Favorável, recomendando sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27.09.93

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Fórum das entidades ambientalistas da Região Metropolitana de Curitiba remeteu aos Srs. Deputados uma análise sobre o Projeto de Lei nº 468/93. Queremos desta tribuna ler esta análise para que os Srs. Deputados tomem conhecimento antes de votar esse projeto 468/93.

Diz a análise do fórum.

(Lê):

#### "ANÁLISE SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 468/93"

##### 1. Aspectos Gerais

A Ecologia consagrou-se como ciência a partir do reconhecimento de que os assuntos relacionados ao meio ambiente - expressão usada para designar a interação entre o conjunto de condições naturais, os organismos vivos e os seres humanos e suas múltiplas e mútuas influências - não podem mais ser tratados de modo isolado. O próprio conceito de Ecologia - ciência que

estuda as interações dos seres vivos entre si e com o ambiente onde vivem - exige uma ótica integradora nas questões pertinentes ao meio ambiente.

Sendo assim, o Projeto de Lei n° 468/93 - que estabelece normas para o tratamento da questão florestal no Estado do Paraná - deveria, necessariamente assegurar uma abordagem integrada, recorrendo a várias áreas do conhecimento. De outra forma, torna-se impossível dar à questão um tratamento simultaneamente conservacionista e produtivista.

O planejamento da conservação das formações vegetais existentes no Paraná é assunto complexo que exige um debate mais amplo com organizações de governo, da sociedade civil e dos setores produtivos, para chegar a uma proposta globalizadora que permita atingir os objetivos a que a lei propõe.

## 2. Estrutura

O texto do Projeto de Lei apresenta pouca conexão entre os capítulos, porque não tem uma estrutura adequada para o tratamento da questão. Alguns exemplos dessa falta de conexão podem ser facilmente encontrados no capítulo IV, que diz respeito ao manejo florestal: em seus parágrafos 36, 37, 39, 40 e 41, atribui normas técnicas discutíveis e que deveriam estar fundamentadas na pesquisa, que é abordada no capítulo III, também de forma incompleta. Outro exemplo: o capítulo II, da proteção florestal, trata apenas de florestas implantadas e não das nativas, evidenciando a falta de definições claras no texto proposto.

## 3 - Caráter pontual

O capítulo II, que aborda as questões relacionadas a educação, pesquisa e divulgação, não define um plano de ação global, remetendo-se a ações pontuais desnecessárias, como ocorre no artigo 19, que diz respeito à semana da árvore, quando os mais modernos conceitos em educação ambiental enfatizam seu caráter permanente.

O capítulo é generalista, como se pode observar no artigo 24, onde não se define o essencial para uma política de pesquisa: de que forma, com que objetivos, em que áreas e quais as prioridades para implementação. E a pesquisa, o próprio projeto reconhece, é fundamental para a definição de soluções de problemas gerados pela normatização de outros capítulos, como por exemplo o artigo 43 do capítulo IV.

## 4 - Questão institucional

O projeto de lei estabelece normas para a ação da autoridade florestal, mas não define a estrutura necessária para que possa executar as diferentes atribuições

que lhe confere. O artigo 69 incumbe o poder executivo de manter a estrutura e prover os recursos necessários sem estabelecer as condições necessárias para que isso possa ocorrer.

## 5 Lei Estadual de Meio Ambiente

A necessidade de um enfoque mais abrangente para a questão florestal está devidamente contemplada no Projeto de Lei Estadual de Meio Ambiente, que certamente dará sustentação para políticas conservacionistas na área florestal. Do mesmo modo, no momento em que os esforços dos legisladores brasileiros se volta para a elaboração do Código Ambiental Brasileiro, reunindo de forma integrada as legislações específicas, não é absolutamente recomendável que os esforços se direcionem para projetos de lei que abordam apenas aspectos específicos, como é o caso do Projeto de Lei n° 468/93.

## 6 - Proposta

Que o projeto seja substituído por uma ampla convocação dos mais diferentes setores da população para discutir o Projeto da Lei Estadual de Meio Ambiente, que deve estar harmonizada com as discussões nacionais sobre Código Ambiental Brasileiro, já em andamento a nível nacional.

Fórum das Entidades Ambientistas da Região Metropolitana de Curitiba.  
Teresa Urban/ F: 222-9740"

Este é o manifesto do Fórum das Entidades Ambientistas da Região Metropolitana de Curitiba. Em função dele, nós do Partido dos Trabalhadores, esperamos com a tirada da Ordem do Dia por cinco Sessões a partir dessa 1ª votação, seja a sociedade civil organizada e especificamente os setores ligados ao meio ambiente e a ecologia, as organizações não governamentais que defendem o meio ambiente venham a ser convidados a discutir este projeto.

Esperamos que essa iniciativa, se não partir da Presidência desta Casa, ou da Comissão de Constituição e Justiça, seja feita pela Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa. Não é possível que nós votemos um projeto nos quais os fóruns das entidades ambientalistas levantem uma série de questões que devem ser dirimidas para que se possa fazer e ser aprovado um projeto completo, e que não venha favorecer nenhum setor da sociedade, como pode e levanta-se a suspeita no caso específico desse Projeto de Lei n° 468/93.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Projeto de Lei n° 468/93. Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. O projeto é retirado por

cinco sessões enquanto aguarda-se os debates para o prosseguimento do mesmo.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Em razão da constitucionalidade o voto da Bancada do PT hoje é favorável, se não ocorrer o debate de acordo como foi encaminhado, inclusive com a retirada da Ordem do Dia a Bancada se posicionará posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O projeto está retirado da Ordem do Dia e retornará oportunamente.  
Passaremos ao restante da matéria.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 080/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que dispõe da proteção à fauna ameaçada de extinção no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.M.A..

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em n° de 03 (três), de autoria de diversos Senhores Deputados, devidamente apoiados, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE N° 01, AO PROJETO DE LEI N° 080/94.

Fica suprimido o parágrafo 2° do artigo 1° do Projeto de Lei n° 080/94, ficando o parágrafo 1° como parágrafo único do artigo 1°.

Sala das Sessões, em 19.10.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamto: Renato Adur, Alceu Swarowski, Neivo Beraldin e Algaci Túlio.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 02.

Acrescente-se ao final dos artigos 2° e 3°, da proposição supra, as expressões abaixo especificados, bem como o parágrafo único ao art. 3°, com a redação que segue:

Art. 2° ....., mediante aplicação de 1% (um por cento) sobre o valor orçamentário da instituição responsável pela preservação.

Art. 3° ....., bem como as espécies, 1°) de extrema restrição a habitats particulares de pequena extensão; 2°) em sensível declínio populacional (não críticas); 3°) insuficientemente conhecidas; 4°) naturalmente raras e portanto com populações sempre pequenas, sem qualquer "redução" no número de indivíduos; 5°) que apresentam o Estado do Paraná como seu limite de distribuição geográfica.

Parágrafo Único - Ficam fazendo parte integrante desta lista as espécies que forem assim declaradas, nos termos desta lei,

pela comunidade científica.

Sala das Sessões, em 19.10.94.

(aa) ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

OVÍDIO CONSTANTINO

Apoiamto: Luiz Carlos Zuk, Cezar Silvestri, Paulo Maia e 1 ilegível

JUSTIFICATIVA:

Inoperante torna-se o projeto em exame quando não se garantem, realmente, os meios e modos de preservação das espécies, objeto da proposição. Neste sentido a emenda visa viabilizar o presente plano de lei ante aplicação de recursos com o fim previamente destinado a instituição responsável pela preservação.

De outro lado, a inexistência de menção as categorias de ameaça, conforme se verifica pelo art. 3° do Projeto n° 080/94, transforma-o num obstáculo ao desenvolvimento de pesquisas sobre certas espécies, dificultando, inclusive, uma maior compreensão sobre o seu ciclo biológico e real status populacional.

Adiciona-se o fato da co-existência de espécies seriamente ameaçadas de extinção com outras que simplesmente carecem de argumentos substanciais que as caracterizem como tais.

Todavia, para que o presente projeto não se apresente como delimitativo as espécies normativamente citadas, adentrou-se o parágrafo único ao art. 3°, ressaltando que outras espécies ameaçadas de extinção, assim declaradas pela comunidade científica, possam também contar com a proteção legal para sua garantia de vida.

EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA DE PLENÁRIO N° 03

Corrija-se na súmula da proposição em epígrafe a expressão:

"Dispõe da" para "Dispõe sobre".

Sala das Sessões, em 19.10.94

(aa) ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

OVÍDIO CONSTANTINO

Apoiamto: Luiz Carlos Zuk, Cezar Silvestri, Paulo Maia e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A emenda se faz necessária por tratar de relevante aspecto interpretativo concernente ao Projeto de Lei n° 080/94. Impende observar o significado da expressão "dispõe da". Segundo o novo Dicionário da Língua Portuguesa, Ferreira, 1986, quem dispõe de algo, 1° usa-o livremente, faz o que se quer; 2° desfaz-se; 3° tem posse; 4° dá aplicação, despende. Entendemos, em vista o conteúdo da proposição, não ser esse o significado que o autor do projeto em questão deseja.

Portanto, o correto seria: "Dispõe sobre..." que significa: "discorre sobre,

trata da, doutrina a ..." (op. cit.), conforme emenda proposta.

O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça, para análise das mesmas.

## ITEM 03

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 284/94, de autoria do Deputado Arlindo Troian, que declara de Utilidade Pública a Associação de Reabilitação de Lesões Lábio-Palatais - ARLEP, com sede e foro no Município de União da Vitória. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 96 de 10.08.94)

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI N° 284/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Arlindo Troian, o Projeto de Lei n° 284/94, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Lesões Lábio-Palatais - ARLEP, com sede e foro no Município de União da Vitória.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender às exigências da Lei n° 6.994/78, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 18.10.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
COSTENARO NETO - Relator

## ITEM 04

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 326/94, de autoria do Deputado Toti Colaço, que declara de Utilidade Pública o Centro de Treinamento de Adolescentes de Rebouças, com sede e foro no Município de Rebouças. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 108 de 12.08.94)

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI N° 326/94

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em análise, de autoria do nobre Deputado Toti Colaço, objetiva declarar de Utilidade Pública o Centro de Treinamento de Adolescentes de Rebouças, com sede e foro no mesmo Município.

Procedendo à análise objetiva do Projeto em tela, constatamos inexistir qualquer óbice de natureza legal constitucional ou regimental e, portanto, está em condições de ser submetida à apreciação no Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.10.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
ARLINDO TROIAN - Relator

## ITEM 05

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 328/94, de autoria do Deputado Duílio Ge-

nari, declara de Utilidade Pública o Centro Social e Educacional Aldeia Infantil Betesda, com sede e foro na Cidade de Toledo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.

## PROJETO DE LEI N° 328/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro Social e Educacional Aldeia Infantil Betesda, com sede e foro na Cidade de Toledo, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.09.94

(aa) DUÍLIO GENARI

## JUSTIFICATIVA:

Fundada em 21 de janeiro de 1968, com Estatutos devidamente registrados sob n° 231 em 16.01.73 - Registro de Títulos e Documentos - 1° Ofício em Toledo, a entidade Centro Social e Educacional Aldeia Infantil Betesda desde a sua fundação vem desenvolvendo suas atividades, prestando atendimento assistencial, educacional e da formação pré-profissionalizante às crianças, adolescentes e jovens, abrangendo serviços de creche com regime semi-internato, instrução pré-escolar e formação profissionalizante. Uma entidade sem fins lucrativos, de cunho assistencial e educacional. Solicitamos apoio aos nobres Deputados para aprovar o presente Projeto de Lei.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI N° 328/94

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Duílio Genari, o Projeto de Lei em análise objetiva declarar de Utilidade Pública o Centro Social e Educacional Aldeia Infantil Betesda, com sede e foro na cidade de Toledo.

Considerando ter a entidade apresentado os documentos exigidos pela Lei Estadual n° 6.994/78, somos de parecer favorável a sua aprovação.

Procedendo a análise objetiva do Projeto em tela, constatamos inexistir qualquer óbice de natureza regimental e constitucional, estando, portanto, em condições de ser submetido à apreciação no Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.10.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
ARLINDO TROIAN - Relator

## ITEM 06

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

301/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Florestas Tropicais de Desenvolvimento auto-sustentado, com sede no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 100 de 22.08.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 301/94

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Orlando Pessuti, o Projeto de Lei em análise objetiva declarar de Utilidade Pública Estadual o Instituto de Florestas Tropicais de Desenvolvimento auto-sustentado, com sede no Município de Curitiba, atende as exigências na Lei Estadual n° 6.994/78.

Considerando ter a entidade apresentado os documentos exigidos por Lei, somos de parecer favorável a sua aprovação.

Procedendo a análise objetiva do Projeto em tela, constatamos inexistir qualquer óbice de natureza regimental e constitucional, estando portanto, em condições de ser submetido à apreciação no Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.10.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo n° 004/94, de autoria da Comissão Executiva, que autoriza o Senhor Mário Pereira, Governador do Estado, ausentar-se do País, por quinze dias, em viagem aos Estados Unidos da América. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado.**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 004/94  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Senhor Mário Pereira, Governador do Estado, a ausentar-se do País por quinze dias, mediados entre 20 do corrente e 15 de novembro próximo, em viagem aos Estados Unidos da América, para firmar contrato de empréstimo junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, acompanhar projetos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento e tratar de outros assuntos de grande relevância para o Estado do Paraná.

Art. 2° - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.10.94.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Curitiba, quarta, em 19.10.94

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 04/94

P A R E C E R:

O presente projeto de decreto legislativo, de autoria da Comissão Executiva, tem por objetivo autorizar o Senhor Governador do Estado ausentar-se do País, em viagem aos Estados Unidos da América.

Ao analisar a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, a Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A pedido do Deputado Kielse, registramos com satisfação a presença do Prefeito de Santa Isabel do Ivaí, Dr. Eduardo e do Prefeito de Guaraci, José Morandi.

Sobre a mesa, requerimentos de n°s 2302 e 2303, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2304, 2305, 2306, 2307, 2308 e 2309, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2310, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2282-A e 2286, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2311, de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino e Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2301, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Autorizado.**

Requerimento do Deputado Mário Bezerra e outros Senhores Deputados, requer a formação de CPI.

De acordo com o Artigo 36, da Assembléia Legislativa, esta proposta não está atendendo o disposto no Artigo 36. Esta Presidência devolve aos autores para que complementem este requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 20, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s



284/94, 301/94, 326/94 e 328/94.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 546/93, 258/94, 273/94, 276/93, 290/94 e 324/94; e do Projeto de Resolução n.º 017/94.

Levanta-se a sessão.

#### Atas das Comissões:

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 6.<sup>a</sup> REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos trinta e um dias do mês de maio de um mil novecentos e noventa e quatro, reuniu-se extraordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Deputado Lourenço Fregonese, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Luiz Carlos Zuk, Élio Rusch e Júlio Bifon. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n.º 169/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 41/94. Relator: Deputado Élio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n.º 469/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 049/93. Relator: Deputado Lourenço Fregonese - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 7.<sup>a</sup> REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e quatro, reuniu-se extraordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Deputado Lourenço Fregonese, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Élio Rusch, Luiz Carlos Zuk, Antônio Costenaro, Durval Amaral e Djalma César. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n.º 164/94, de autoria do Deputado Domingos Carvalho. Relator: Deputado Djalma César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n.º 176/94, de autoria do Deputado José Tavares. Relator: Deputado Antônio Costenaro. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei n.º 194/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 045/94. Relator: Deputado Lou-

renço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL, COM EMENDA ADITIVA - APROVADO. 04) Projeto de Lei n.º 195/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 043/95. Relator: Deputado Élio Rusch. Parecer FAVORÁVEL COM EMENDA ADITIVA - APROVADO. 05) Projeto de Lei n.º 201/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 046/94. Relator: Deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim, Wilson Penka, secretário da Comissão.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 8.<sup>a</sup> REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e quatro, reuniu-se extraordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Vice-Presidente, Deputado Djalma César, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Costenaro, Luiz Carlos Zuk, Élio Rusch, Durval Amaral e João Preis. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n.º 211/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 047/94. Relator: Deputado Élio Rusch. Parecer FAVORÁVEL COM EMENDA DA C.C.J. - APROVADO. 02) Projeto de Lei n.º 212/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 048/94. Relator: Deputado João Preis. Parecer FAVORÁVEL COM EMENDA DA C.C.J. - APROVADO. 03) Projeto de Lei n.º 222/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 054/94. Relator: Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei n.º 223/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 055/94. Relator: Deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DJALMA CÉSAR - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 9.<sup>a</sup> REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de junho

de um mil novecentos e noventa e quatro, reuniu-se extraordinariamente na sala de reunião das Comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Sr. vice-Presidente Deputado Djalma César, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados Luiz Antonio Setti, João Preis e José Tavares. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 234/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 056/94. Relator Deputado Djalma César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 235/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 057/94. Relator Deputado Djalma César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 236/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 058/94. Relator Deputado Djalma César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei n° 237/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 044/94. Relator Deputado Djalma César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei n° 244/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 059/94. Relator Deputado Djalma César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei n° 245/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 060/94. Relator Deputado Djalma César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei n° 246/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 061/94. Relator Deputado Djalma César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 08) Projeto de Lei n° 247/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 062/94. Relator Deputado Djalma César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 09) Projeto de Lei n° 248/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 064/94. Relator Deputado Djalma César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 10) Projeto de Lei n° 249/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 065/94. Relator Deputado Djalma César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 11) Projeto de Lei n° 250/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 069/94. Relator Deputado Djalma César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 12) Projeto de Lei n° 251/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 068/94. Relator Deputado Djalma César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 13) Projeto de Lei n° 252/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 067/94. Relator Deputado Djalma César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 14) Projeto de Lei n° 253/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 066/94. Relator Deputado Djalma César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 15) Projeto de Lei n° 255/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 071/94. Relator Deputado Djalma César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 16) Projeto de Lei n° 256/94 de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 072/94. Relator Deputado Djalma César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Pre-

sidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DJALMA CÉSAR - Presidente  
WILSON PENKA - Secretário

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 10.<sup>a</sup> REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de agosto de um mil novecentos e noventa e quatro, reuniu-se extraordinariamente na sala de reunião das Comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Sr. vice-Presidente Deputado Djalma César, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Luiz Carlos Zuk, Duílio Genari e Júlio Bifon. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 220/94, de autoria do Deputado José Afonso Júnior. Relator Deputado Djalma César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 277/94, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício n° 1376/94. Relator Deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DJALMA CÉSAR - Presidente  
WILSON PENKA - Secretário

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 7.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e um dias do mês de agosto de um mil novecentos e noventa e quatro, reuniu-se ordinariamente na sala de reunião das Comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Sr. Deputado Lourenço Fregonese, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Djalma César, Luiz Carlos Zuk e José Tavares. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 308/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 103/94. Relator Deputado Djalma César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente pelos Srs. Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
WILSON PENKA - Secretário

## COMISSÃO DE FINANÇAS

12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 11.<sup>a</sup> REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de setembro de um mil novecentos e noventa e quatro, reuniu-se extraordinariamente na sala de reunião das Comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Sr. Presidente Deputado Lourenço Fregonese, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Júlio Bifon, Djalma César e Élio Rusch. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 295/94, de autoria do Tribunal de Justiça. Relator Deputado Djalma César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 316/94 de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Relator Deputado Djalma César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 317/94, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Relator Deputado Djalma César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei n° 318/94, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Relator Deputado Djalma César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei n° 319/94, de autoria do Ministério Público do Estado do Paraná. Relator Deputado Djalma César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei n° 320/94, de autoria do Ministério Público do Estado. Relator Deputado Djalma César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei n° 321/94, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Relator Deputado Djalma César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 08) Projeto de Lei n° 322/94, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Relator Deputado Djalma César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Informando ain-

da, mais a presença do Sr. Deputado Arlindo Troian. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
WILSON PENKA - Secretário

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 12.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de setembro de um mil novecentos e noventa e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, presidida pelo Senhor Deputado Namir Piacentini. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia. 1) Projeto de Lei n° 197/94, de autoria do Deputado Carlos Simões. Relator Deputado Élio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei n° 259/94, de autoria do Poder Executivo-Mensagem n° 073/94. Relator Deputado Domingos Carvalho. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Projeto de Lei n° 280/94, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Relator Deputado Domingos Faustino de Carvalho. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Sandra Zampier, Secretária da Comissão.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente  
Sandra Zampier - Secretária